

Relatório Contábil 2008

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina

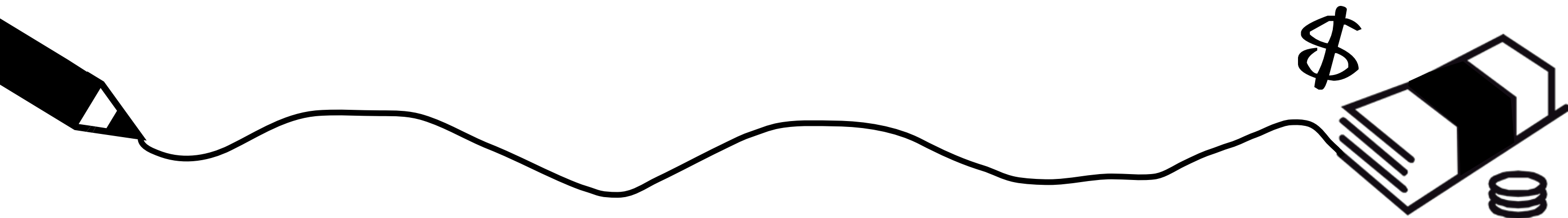


Balço Patrimonial levantado em: 31/12/08

ATIVO	31/12/2008	31/12/2007
Circulante	8.080.138,83	6.418.696,03
Disponibilidades	5.716,99	33.978,17
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.005.609,20	1.229.506,92
Operações de Crédito	5.929.029,60	4.333.791,63
Outros Créditos	1.112.637,24	821.419,31
Outros Valores e Bens	27.145,80	0,00
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Permanente	287.588,60	200.855,33
Investimentos	200.687,81	154.302,20
Imobilizado de Uso	75.653,94	35.562,88
Diferido	11.246,85	10.990,25
TOTAL	8.367.727,43	6.619.551,36

PASSIVO	31/12/2008	31/12/2007
Circulante	1.065.499,30	974.706,43
Outras Obrigações	1.065.499,30	974.706,43
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	1.438,27	0,00
Sociais e Estatutárias	51.281,61	50.321,18
Fiscais e Previdenciárias	246.047,39	296.090,76
Diversas	763.305,88	628.294,49
Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	7.302.228,13	5.644.844,93
Capital Social	7.000.035,04	5.331.700,55
Reserva de Sobras	194.783,94	195.776,96
Sobras Acumuladas	107.409,15	117.367,42
TOTAL	8.367.727,43	6.619.551,36

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações de Sobras ou Perdas - Encerrado em: 31/12/08

	2º Semestre / 2008	31/12/08	Em Reais 31/12/07
Ingressos da Intermediação Financeira	870.800,79	1.675.066,21	1.336.049,45
Operações de Crédito	870.800,79	1.675.066,21	1.336.049,45
Dispêndios da Intermediação Financeira	(66.536,76)	(100.474,94)	(35.172,40)
Provisão para Operações de Créditos	(66.536,76)	(100.474,94)	(35.172,40)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	804.264,03	1.574.591,27	1.300.877,05
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais	(1.100.817,77)	(1.454.903,76)	(1.154.167,77)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	7.302,11	22.976,81	11.283,67
Dispêndio/Despesas de Pessoal	(266.340,83)	(484.980,57)	(371.441,41)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(249.767,66)	(488.745,11)	(391.324,58)
Dipêndios/Despesas Tributárias	(1.427,66)	(4.936,47)	(6.564,80)
Resultado em Part. Coligadas e Controladas	936,81	2.014,74	8.559,95
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	137.619,29	227.906,67	171.216,84
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(729.139,83)	(729.139,83)	(575.897,44)
Resultado Operacional	(296.553,74)	119.687,51	146.709,28
Resultado Não Operacional	(1.059,45)	(1.084,23)	
Resultado Antes da Tributação e Participações	(297.613,19)	118.603,28	146.709,28
Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00	0,00	0,00
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício	(297.613,19)	118.603,28	146.709,28
Ajustes de Exercício encerrado	0,00	15.658,17	0,00
Participações Estatutárias nas Sobras	-	(26.852,29)	(29.341,86)
F.A.T.E.S.	0,00	(13.426,15)	(14.670,93)
Reserva Legal	0,00	(13.426,15)	(14.670,93)
Sobras/Perdas à Disposição da A.G.O.	(297.613,19)	107.409,16	117.367,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/08

Eventos	Capital	Reservas de Sobras			Em Reais Totais
	Capital Subscrito	Legal	Contingên- cias	Sobras ou Perdas Acu- muladas	
Saldo em 31/12/06	4.232.906,66	190.005,76	199.814,60	464.014,20	5.086.741,22
Movimentações de Capital:					-
Com Sobras e Reservas	467.387,73				467.387,73
Com Juros ao Capital	464.033,20			(464.014,20)	19,00
Por Subscrição/Realização	1.892.813,89				1.892.813,89
Por Devolução (-)	(1.725.440,93)				(1.725.440,93)
Reversões de Reservas		(8.899,73)	(199.814,60)	-	(208.714,33)
Sobras ou Perdas Líquidas				146.709,28	146.709,28
Destinação das Sobras ou Perdas:					-
Fundo de Reserva		14.670,93		(14.670,93)	-
F A T E S				(14.670,93)	(14.670,93)
Saldos em 31/12/07	5.331.700,55	195.776,96	-	117.367,42	5.644.844,93
Movimentações de Capital:					-
Com Sobras e Reservas	584.797,17				584.797,17
Com Juros ao Capital	117.367,42			(117.367,42)	-
Por Subscrição/Realização	2.856.788,27				2.856.788,27
Por Devolução (-)	(1.890.618,37)				(1.890.618,37)
Reversões de Reservas		(14.419,17)			(14.419,17)
Sobras ou Perdas Líquidas				134.261,45	134.261,45
Destinação das Sobras ou Perdas:					-
Fundo de Reserva		13.426,15		(13.426,15)	-
F A T E S				(13.426,15)	(13.426,15)
Saldos em 31/12/08	7.000.035,04	194.783,94	-	107.409,15	7.302.228,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31/12/08

DESCRIÇÃO	Em Reais / Exercício findo em: 31/12/2008
Atividades Operacionais	
Sobras/Perdas do Exercício	118.603,28
Ajuste de Exercícios Anteriores	
Constituição do FATES	(13.426,15)
Depreciações e Amortizações	-
Aumento (redução) em ativos operacionais	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	223.897,72
Operações de Crédito	(1.595.237,97)
Outros Créditos	(291.217,93)
Outros Valores e Bens	(27.145,80)
Aumento (redução) em passivos operacionais	
Outras Obrigações	90.792,87
Relações Interdependências	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(1.612.337,26)
Alienação de Investimento	(46.385,61)
Alienação de Imobilizações de Uso	(40.091,06)
Aplicação no Diferido	(256,60)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(86.733,27)
Atividades de Financiamentos	
Aumento por novos aportes de Capital	3.441.585,44
Devolução de Capital à Cooperados	(1.890.618,37)
Ajuste	1.239,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	1.552.206,07
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(28.261,17)
Modificações em Disponibilidades Líquida	
No Início do Período	33.978,17
No Fim do Período	5.716,99
Variação Líquida das Disponibilidades	(28.261,18)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito, COOPERCREDI ACSC é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/11/1990 filiada à Cooperativa Central de Crédito Ltda. – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil.

A COOPERCREDI ACSC possui postos de atendimento nas seguintes localidades: Casa de Saúde São José - Rio de Janeiro/RJ; Hospital Geral de Pedreira, Hospital Geral de Itapevi e Hospital Geral do Grajaú São Paulo-SP e tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o po-

der de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pelo órgão de administração.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades, e relações interfinanceiras

As disponibilidades, e as relações interfinanceiras são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor presente.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do CMN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

d) Imobilizado e Diferido

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens.

e) Provisão para riscos tributários e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

g) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de liberação e os ingressos e dispêndios são apurados nos períodos correspondentes. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

3. Relações interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do SICCOOB CENTRAL CECRESP, conforme determinado no artigo 33º da Resolução 3.442 do BACEN, com remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

4. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tít. Desc. *	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 2008	Provisões 2008	Total em 2007	Provisões 2007
AA		Normal							
A	0,5%	Normal	5.674.299,71			5.674.299,71	28.371,50	4.021.395,38	20.106,98
B	1%	Normal	32.494,74			32.494,74	324,95	90.151,66	901,52
B	1%	Vencidas							
C	3%	Normal	132.423,21			132.423,21	3.972,70	130.139,19	3.904,18
C	3%	Vencidas	9286,94			9286,94	278,61	4.262,56	127,88
D	10%	Normal	53.885,64			53.885,64	5.388,56	71.922,06	7.192,21
D	10%	Vencidas	6.911,80			6.911,80	691,18	4.699,53	469,95
E	30%	Normal	40.630,76			40.630,76	12.189,23	27.331,05	8.199,32
E	30%	Vencidas	11.353,11			11.353,11	3.405,90	8.539,32	2.561,80
F	50%	Normal	24.454,64			24.454,64	12.227,32	21.958,45	10.979,23
F	50%	Vencidas	12.533,06			12.533,06	6.266,53	6.872,10	3.436,05
G	70%	Normal	7.305,40			7.305,40	5.113,78	7.266,60	5.086,62
G	70%	Vencidas	5.603,17			5.603,17	3.922,72	7.398,11	5.178,68
H	100%	Normal	53.459,97			53.459,97	53.459,97	46.977,41	46.977,41
H	100%	Vencidas	189.131,38			189.131,38	189.131,38	173.431,83	173.431,83
Total Normal			6.018.954,07			6.018.954,07		4.452.886,77	
Total Vencido			234.819,36			234.819,36		205.203,45	
Total Geral			6.310.209,97			6.310.209,97	324.743,82	4.622.345,25	288.553,63
Provisões			324.743,82			324.743,82		288.553,63	
Total Líquido			5.929.029,61			5.929.029,61		4.333.791,62	

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias)

Descrição	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Renegociações	42.178,38	1.188.472,00	520.501,37	923.852,08	1.790.945,40	1.594.139,39	6.060.088,62
Total	42.178,38	1.188.472,00	520.501,37	923.852,08	1.790.945,40	1.594.138,39	6.060.088,62

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito com características de concessão de crédito

Descrição	2008	2007
Saldo Inicial – Dezembro	(288.553,62)	(317.402,42)
Constituições/Reversões no Exercício	(225.598,39)	(195.288,90)
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	189.408,18	224.137,70
Total	(324.743,83)	(288.553,62)

d) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2008	% Carteira Total	2007	% Carteira Total
Maior Devedor	37.862,69	0,57	34.283,90	0,71
10 Maiores Devedores	258.028,51	3,88	201.488,33	4,16
50 Maiores Devedores	776.523,05	11,68	579.469,71	11,97

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados

Descrição	2008	2007
Saldo Inicial – Dezembro	196.612,84	49.083,19
Valor das operações baixadas como prejuízo no período	52.613,60	163.294,47
Valor das operações recuperadas no período	(6.952,73)	(15.764,82)
Total	242.273,71	196.612,84

5. Outros créditos

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2008	2007
Rendas a Receber	0,00	10.978,14
Adiantamento a Funcionários	0,00	982,58
Adiantamentos para Despesas Diversas	2.300,00	0,00
Imposto de Renda a Compensar	1.634,30	2.918,29
Títulos e Créditos a Receber	1.143.945,92	807.121,01
Provisão Outros Créditos	(35.242,98)	(580,71)
Total	1.112.637,24	821.419,31

6. Outros valores e bens

Em Materiais em Estoque está registrado o valor de R\$ 27.145,80 referentes aos materiais de escritório e brindes, não estando sujeitos a depreciação, correção ou reavaliação.

7. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB CENTRAL CECRESP e aquisição de ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	2008	2007
Cooperativa Central Cecresp Ltda. – SICOOB CENTRAL Cecresp	197.841,89	154.302,20
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	2.845,92	0,00
TOTAL	200.687,81	154.302,20

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	2008	2007
Terrenos	-	0,00	0,00
Edificações	4%	0,00	0,00
Móveis e Equipamentos	10%	46.738,15	21.754,41
Sistema de Processamento de Dados	20%	91.401,66	62.233,17
Sistemas de Comunicação	10%	0,00	0,00
Total		138.139,81	83.987,58
Depreciação acumulada		(62.485,87)	(48.424,70)
Total		75.653,94	35.562,88

9. Diferido

São amortizados os bens (com prazo de utilização inferior ao seu prazo de vida útil em decorrência de disposição legal ou contratual) ou direitos (com prazo de fruição limitado). Os recursos aplicados no Ativo Diferido são amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 anos, a partir do início da atividade normal ou do período de apuração em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes.

Descrição	Taxa de Amortização	2008	2007
Benfeitorias	10%	1.814,42	0,00
LDU- Licenciamento de Direito de Uso	10%	65.121,12	60.910,00
Total		66.935,54	60.910,00
Amortização Acumulada		(55.688,89)	(49.919,75)
Total		11.246,85	10.990,25

10. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	2008	2007
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	13.977,28	15.906,95
Cotas de capital a pagar	36.546,64	25.990,12
Cotas de capital a pagar Inativos	2.161,77	3.762,81
Sobras e Juros de Capital a Pagar	12.002,07	
Total	64.707,76	45.659,88

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

11. Outras obrigações – Fiscais e Previdenciarias

Descrição	2008	2007
Irrf sobre Juros ao Capital	R\$ 109.371,01	87.719,59
Impostos e Contribuições S/ Serviços de Terceiros	R\$ 610,10	0,00
Impostos e Contribuições sobre folha	R\$ 11.409,52	8.382,19
Pis sobre folha	R\$ 202,16	174,38
Provisão para Contingencias Fiscais	R\$ 114.454,60	199.814,60
Total	236.047,39	R\$ 296.090,76

12. Outras obrigações - Diversas

Descrição	2008	2007
Obrigações por aquisições de bens e direitos	49.282,92	39.863,61
Provisão para despesa com pessoal	40.265,09	41853,09
Provisão para outros pagamentos	619.768,82	497.077,58
Credores diversos	53.989,05	49.500,21
Total	763.301,88	628.294,49

13. Outras obrigações - Diversas - Provisões para riscos tributários e trabalhistas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2008	2007
PIS e COFINS	114.454,60	199.814,60
Trabalhistas	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Total	114.454,60	199.814,60

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

14. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2008	2007
Sobras /lucro líquido do exercício após ajustes	134.261,45	146.709,28
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	134.261,45	146.709,28
Destinações estatutárias	0,00	0,00
Reserva legal - 10%	13.426,15	14.670,93
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	13.426,15	14.670,93
Sobras à disposição da Assembléia Geral	107.409,16	117.367,42

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades; Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

15. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade, inclusive diretores e executivos da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância ir-restrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como operações de crédito.

16. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus associados.

As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa e estão compostas pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo agente de Controle Interno e de Risco, pelo monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da Central.

A gestão é centralizada na CENTRAL responsável pela divulgação das políticas gerais e avaliação consolidada dos riscos. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias para a Coopercredi ACSC.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional e de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades

Responsabilidade

	1	2	3	4	8
Política de Gerenciamento de Riscos					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	●	●			
Provimento – ao agente de Controle Interno – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	●	●			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			●		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				●	
Execução de testes de avaliação da política.					●

1 – Diretoria 2 – Gerência-Executiva 3 – Agente 4 – Monitor 5 – Área de Auditoria da Central

15.1 - Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente de negócios de uma instituição financeira e a evolução da tecnologia torna mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez uma classe de risco, operacional, cujo gerenciamento apesar de não ser prá-

tica nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Alinhado com os princípios da Resolução CMN nº.3.380, de 29/06/2006, a Coopercredi ACSC definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pela sua Diretoria.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de

Controle Interno e Risco – SCIR.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Procedimentos Administrativos - capítulo 23.

15.2 - Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela cooperativa de crédito.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco de mercado da cooperativa é o Sistema Mitra - Risco e Basiléia II, fornecido pela empresa Luz Engenharia Financeira Ltda. (em implantação).

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Procedimentos Administrativos - capítulo 24.

Antonio Coelho Barroqueiro

Diretor Presidente

Geraldo Aquiles Ribeiro

Diretor Responsável pela Área Contábil / Auditoria

Alberto Luis Alves

Contador
CRC 1SP256335/P-1

PARECER DE AUDITORIA

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado (sobras ou perdas), das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as notas explicativas, correspondentes ao exercício findo naquela data e do segundo semestre de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA em 31 de dezembro de 2008, e o resultado de suas operações

referentes ao semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e demonstração do resultado (sobras e perdas), sobre as quais emitimos parecer sem ressalva em 19 de fevereiro de 2008.

5. Conforme mencionado em nota explicativa, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, para fins de comparação entre os exercícios.

São Paulo, 20 de Fevereiro de 2009

Renato Pinto Weiss

Contador - CRC – 1SP180857/0-2
CNAI 1998

Renata Souza Velozo

Contadora - CRC- 1SP223688/O-2
CNAI 1783



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA A.C.S.C., em cumprimento ao que determina o artigo 57, letra "I a XIV" do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2008 para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o "Balanço Geral" encerrado em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2008, bem como da Demonstração de "Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa" apresentado, constaram que:

a) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;

b) As despesas efetuadas, autorizadas pela Diretoria, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa;

c) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com autoridades do Cooperativismo;

d) Foi constatado que: "a cooperativa não mantém valor em espécie no caixa";

e) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Diretoria, foram aprovados por este Conselho;

f) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a Diretoria, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 04 de Março de 2009.

Aparecido Soares dos Santos

Marcelo Pereira

Aldineia Viana da Rocha



Rua Cincinato Braga, 144/172, 6º andar - Bela Vista - CEP 01333-010 - São Paulo-SP - Tel.:(11) 3016-3904

www.crediacsc.org.br